



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

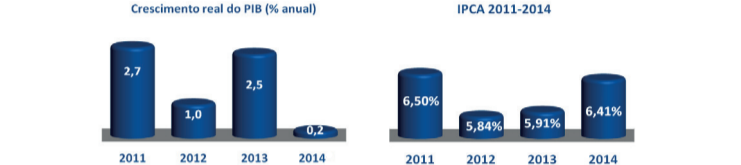
O ano de 2014 foi de desafios e realizações para Itapebi, uma empresa que faz parte do Grupo Neoenergia. Frente a um complexo cenário econômico e de escassez hídrica, a solidez construída pelo Grupo ao longo dos últimos anos nos levou a grandes marcos e conquistas. Refirmamos nossa essência, a missão de "ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade". Nos consolidamos como maior Grupo privado do setor elétrico brasileiro em número de clientes, superando a marca de 10 milhões de unidades consumidoras na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Tal feito é resultado de um trabalho realizado com eficiência, qualidade, segurança e respeito ao indivíduo. Nos propósitos é continuar atuando fortemente para o crescimento e desenvolvimento do nosso país. Em geração, ampliamos nossos investimentos em fontes renováveis. Conquistamos em leilões seis parques eólicos no Nordeste, por meio da Força Eólica do Brasil. Com esses novos empreendimentos, o Grupo conta agora com 16 parques eólicos de energia e diversifica sua atuação ao inaugurar, em 2014, a primeira usina solar fotovoltaica da ilha de Fernando de Noronha. Um projeto que agrega o nosso trabalho em pesquisa e desenvolvimento ao nosso compromisso com sustentabilidade e inovação. Compromisso que se fez presente durante a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires, entregue antes mesmo do cronograma previsto. Concluída em tempo recorde, a 10ª maior usina em potência instalada do país representará um acréscimo de 1.820 megawatts no sistema brasileiro, suficiente para atender a quase 11 milhões de pessoas. A qualidade de implantação dos 44 programas socioambientais na região e a abrangência dos resultados para a população local renderam à Companhia Hidrelétrica Teles Pires o prêmio de "Melhor Projeto Ambiental" do ano concedido pela HydroVision Brasil. Mesmo com o cenário adverso, a Neoenergia atingiu um EBITDA de R\$ 2,3 bilhões e lucro líquido de R\$ 602 milhões. Os investimentos em geração, distribuição e transmissão ultrapassaram os R\$ 3,8 bilhões em 2014. Pelo quinto ano consecutivo, o *rating* de crédito corporativo dado a Neoenergia pela S&P foi de *brAAA* na Escala Brasil. Além de contribuir para mover o país a novos patamares de crescimento e levar um bem essencial para a vida das pessoas, temos consciência da nossa responsabilidade em atuar e produzir boas práticas com sustentabilidade. Por isso, ao longo de 2014, demos continuidade às ações do Programa de Eficiência Energética, que tem por objetivo desperdiçar investimentos mais seguros e eficientes no uso da energia elétrica. Firmamos também, no ano passado, uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o objetivo de apoiar o "Seleção Unicef - Município Aprovado" nos Estados da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, além de levar às comunidades do semiárido do Nordeste conhecimento sobre sustentabilidade, segurança e eficiência energética. Todo esse trabalho não seria possível sem o apoio dos nossos mais de cinco mil colaboradores, que são a força motriz que nos permite alcançar e manter uma posição de destaque no mercado. Estamos entre os 50 maiores grupos econômicos do país, resultado do compromisso de um time de profissionais dispostos a criar valor para todos os nossos públicos de relacionamento: clientes, fornecedores, comunidades e acionistas. Justamente por valorizar as pessoas, 2014 foi o ano de dar protagonismo à segurança e de alinhar nossas ações voltadas para a segurança no trabalho e nas comunidades à nossa missão. "Acima de tudo, a vida" passou a ser o nosso lema. O rigor com a segurança está presente em todos os projetos e iniciativas abrangendo nossa força de trabalho, empresas parceiras e, sobretudo, a comunidade. Esperamos que em 2015 nossa experiência, nosso profissionalismo e nosso comprometimento nos deem condições de enfrentar os desafios trazidos pelo cenário econômico e pela crise hídrica e nos ajudem a sedimentar o caminho que nos levará a um futuro de grandes realizações.

MARCO GEORVANE TOBIAS DA SILVA

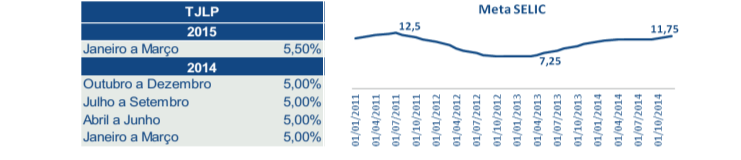
Presidente do Conselho de Administração

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

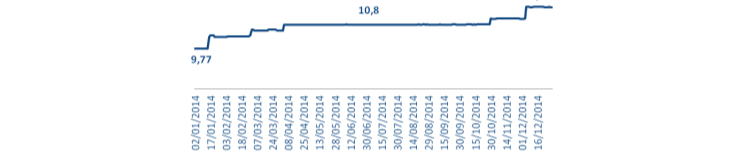
Mesmo com um fraco desempenho econômico, motivado por um cenário geral de incertezas que perdurou por todo o ano de 2014, o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 2,13%. A queda no preço internacional das commodities refletiu na retração dos preços de bens primários. O aumento das taxas básicas de juros afetou o consumo em famílias, com efeitos também sobre o setor de serviços e industrial. O comportamento do cenário econômico brasileiro em 2014 pode ser observado através da trajetória dos indicadores a seguir:



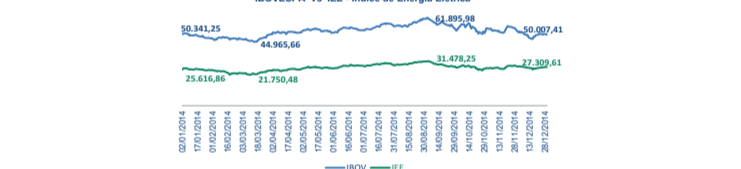
A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que serve de referência para empréstimos do BNDES ao setor produtivo, de janeiro a dezembro de 2014 foi mantida no patamar de 5% já no período de janeiro a março de 2015 a taxa sofreu acréscimo de 0,5%. A taxa básica de juros (SELIC) sofreu seguidos aumentos em 2014 e terminou o ano em 11,75%. Esta política de sucessivos aumentos da SELIC teve como finalidade a contenção da inflação. A taxa CDI acompanhou o mesmo comportamento da SELIC com uma trajetória de aumento durante o ano de 2014, atingindo o patamar de 11,77% no fim do ano.



• A Bovespa refletiu a conjuntura econômica brasileira e o índice IBOVESPA recuou 0,7%, entretanto, o IEE que agrega as ações dos principais players do setor elétrico apresentou um aumento de 6,6%. Porém, esse aumento não foi capaz de retornar o IEE ao patamar apresentando antes de 2012.

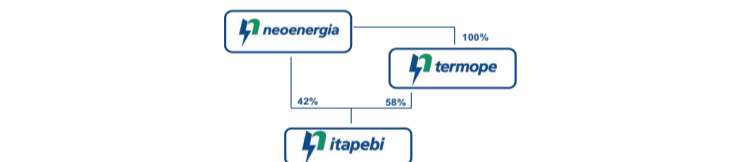


• A Bovespa refletiu a conjuntura econômica brasileira e o índice IBOVESPA recuou 0,7%, entretanto, o IEE que agrega as ações dos principais players do setor elétrico apresentou um aumento de 6,6%. Porém, esse aumento não foi capaz de retornar o IEE ao patamar apresentando antes de 2012.



2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Itapebi foi constituída em fevereiro de 1998 com o objetivo de construir e operar a UHE Itapebi, localizada no Rio Jequitinhonha, município de Itapebi, nas divisas dos Estados da Bahia e Minas Gerais. Em maio de 1999, a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Contrato de Concessão, outorgou à Companhia o direito de exploração do potencial de energia hídrica. Em fevereiro de 2013, a Usina entrou em operação, com três unidades geradoras e atualmente a capacidade instalada é de 67,2 MW. A ANEEL nº 025 de 14 de dezembro de 2012. A Companhia possui o direito de compra e venda de energia elétrica até 2017 com a Coelba, para o fornecimento de volumes anuais de energia de 1.877,268 MWh/ano. Em 2014 foi concluído o processo de venda da participação da Itapebi para a Termopernambuco. Após este processo, a Neoenergia e a Termopernambuco detêm 42% e 58% participação acionária, respectivamente, na Itapebi.



3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram a Grupo Neoenergia e a unificação de processos, práticas e políticas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com o apoio de comitês que contribuem para as deliberações e tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses. A estrutura de governança da Itapebi é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, com o apoio de comitês instalados na holding da Companhia que contribuem para as deliberações e tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas da holding, instaura a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses. Conselho de Administração: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por até quatro membros titulares e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem, pelo menos, trimestralmente e sempre que necessário avaliar o desempenho econômico, ambiental e social da companhia. Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal será instalado conforme previsto no Estatuto Social da Companhia em caráter não permanente, podendo ser solicitado em cada exercício social por seis Acionistas nos termos da Lei. Atualmente não existe Conselho Fiscal instalado para a Companhia. Diretoria: É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o diretor-presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares. A Diretoria Executiva das empresas controladas pela Neoenergia possui Conselho de Administração. Os Comitês de Auditoria e Financeiro realizam reuniões mensais, e o Comitê de Remuneração e Sucessão, trimestral e de forma extraordinária, sempre que necessário.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano de 2014 foi marcado por: cenário hidrológico desfavorável, redução do nível de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas, elevação do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), alteração da metodologia de cálculo do PLD. O setor elétrico brasileiro tem enfrentado regimes hidrológicos desfavoráveis em 2013, acarretando na baixa capacidade no nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atingiram o nível de armazenamento mais baixo em uma década. Tal situação levou o Operador Nacional do Sistema a priorizar o despacho das usinas térmicas, buscando com isso poupar ao máximo a geração hidráulica e os níveis dos seus reservatórios. Como consequência, houve uma elevação no valor do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, referência para a negociação de energia no Mercado de Curto Prazo. O PLD impacta diretamente os agentes com posições contratuais negativas ou positivas no Mercado de Curto Prazo, sejam eles geradores ou distribuidores. Os geradores hidrelétricos foram impactados devido à restrição de geração imposta pelo período hidrológico desfavorável, bem como pela opção, a priori, de manter praticamente todas as térmicas operando na base do sistema. Isso acarretou em exposições financeiras por conta da insuficiência de recursos energéticos alocados pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE para atender seus custos de venda de energia. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender às suas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo Generation Scaling Factor – GSF, que resulta em exposições

BALANÇOS SOCIAIS PARA OS SERVIÇOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

1 - BASE DE CÁLCULO				2014 - R\$ mil				2013 - R\$ mil							
Receita Líquida (RL)	360.257			331.920											
Resultado Operacional (RO)	147.667			218.781											
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	22.989			16.114											
Valor Adicionado Total (VAT)	212.091			276.247											
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS				R\$ mil				% sobre FPB				% sobre VAT			
Alimentação	890	3,87	0,25	0,42	745	4,62	0,22	0,27							
Encargos sociais compulsórios	6.475	28,17	1,20	3,05	-	-	-	-							
Provisões privadas	7.650	3,31	0,81	0,36	852	5,28	0,26	0,31							
Saúde	1.112	4,84	0,31	0,52	952	5,91	0,29	0,34							
Educação	74	0,29	0,02	0,03	43	0,27	0,01	0,02							
Educação	74	0,33	0,02	0,04	74	0,47	0,01	0,04							
Capacitação e desenvolvimento profissional	613	2,67	0,17	0,29	1.145	7,10	0,34	0,41							
Creches ou auxílio-creche	63	0,29	0,02	0,03	38	0,23	0,01	0,01							
Transporte	381	1,66	0,11	0,18	358	2,22	0,11	0,13							
Participação nos lucros ou resultados	3.448	15,00	0,96	1,63	777	4,82	0,23	0,28							
Total - Indicadores sociais internos	13.887	60,41	3,85	6,55	4.908	30,46	1,48	1,78							
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS				R\$ mil				% sobre RO				% sobre VAT			
Cultura	600	0,41	0,17	0,28	-	-	-	-							
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	3.614	2,45	1,00	1,70	3.319	1,52	1,00	1,20							
Outros	239	0,22	0,01	0,01	-	-	-	-							
Total das Contribuições para a Sociedade	4.293	2,87	1,18	2,00	3.319	1,52	1,00	1,20							
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	56.933	38,45	15,80	26,84	78.815	36,02	23,75	28,53							
Total - Indicadores sociais externos	61.172	41,53	16,98	28,84	82.134	37,54	24,75	29,73							
4 - INDICADORES AMBIENTAIS				R\$ mil				% sobre RO				% sobre VAT			
Investimentos relacionados com a operação da empresa	-	-	-	-	1.353	0,62	0,41	0,49							
Total dos investimentos em meio ambiente	-	-	-	-	1.353	0,62	0,41	0,49							
Passivos e contingências ambientais	9.049				9.615										
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	() Cumpre de 76 a 100%	(X) Não possui Metas	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 51 a 75%	() Cumpre de 76 a 100%							
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL				2014				2013							
Nº de empregados(as) ao final do período	97				82										
Nº de admissões durante o período	31				26										
Nº de desligamentos durante o período	17				19										
Nº de estagiários(as)	20				19										
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:															
menores de 18 anos	-				-										
de 18 a 35 anos	51				46										
de 36 a 60 anos	45				36										
acima de 60 anos	-				-										
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:															
analfabetos	-				-										
com ensino fundamental	7				7										
com ensino médio	7				10										
com ensino técnico	8				2										

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – 2014

financeiras negativas para os geradores hídricos. As usinas térmicas também foram impactadas. O seu acionamento quase ininterrupto durante o ano de 2014 elevou a necessidade de paradas programadas para execução de manutenções, o que expôs esses agentes aos elevados preços do Mercado de Curto Prazo desse período. As distribuidoras, por sua vez, observaram exposições financeiras negativas no MCP devido à frustração na compra de energia oriunda dos leilões regulados de energia existente (Leilão A-1 e Leilão A-0), realizados nos anos de 2013 e 2014. Diante desse cenário desfavorável, o governo federal realizou operação financeira com o objetivo de assegurar às distribuidoras a necessária neutralidade da Parcela A, conforme previsto nos contratos de concessão, viabilizando com isso que as mesmas pudessem honrar seus compromissos financeiros no mercado de curto prazo. Os recursos financeiros tiveram origem em dois empréstimos tomados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CEEJ) junto aos bancos e para operacionalização desse empréstimo, foi criada a Conta ACR. Os recursos aportados nessa conta deverão ser pagos aos distribuidores em um prazo de dois anos, a partir de 2015, o que implica em correspondente cobertura tarifária. Cabe salientar que o Governo Federal já havia utilizado recursos do Tesouro Nacional para mitigar os impactos financeiros negativos ocorridos no ano de 2013, quando transferiu recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente para as distribuidoras. Estes recursos deverão ser resbortados ao Tesouro Nacional em um prazo de cinco anos, contados a partir de 2013, com atualização pelo IPCA e também serão objeto de cobertura tarifária. Nesse cenário de permanência do PLD no seu valor máximo por tempo muito prolongado, a ANEEL entendeu ser necessário revisar os critérios e metodologia de cálculo desse valor. Após consulta aos agentes de mercado, realizada por meio da Audiência Pública nº 054/2014, a ANEEL estabeleceu o valor máximo do PLD em R\$ 388,48/MWh, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Ainda no ano de 2013, a Resolução nº 03 foi editada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), e determinou que o custo dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS) por Segurança Energética seria rateado entre todos os agentes que atuam no mercado, incluindo geradores e comercializadores. A regra até então vigente estabelecia que os encargos fossem rateados apenas entre os consumidores de energia elétrica. Para contornar esse problema, o Grupo Neoenergia, por meio das associações de classe do setor elétrico, impetrou uma ação judicial para suspender os efeitos da Resolução CNPE 03/13. Tal ação permitiu que uma liminar judicial suspendesse a cobrança dos encargos apurados para as empresas de geração associadas. Em 05 de dezembro de 2014, foi proferida uma sentença, não definitiva, que declarou ser não exigível a cobrança dos encargos na forma indicada pela Resolução CNPE 03/2013 para os agentes de geração associados a APINE e a ABRAEEL, entre os quais se incluem a Neoenergia, confirmando a liminar concedida no ano anterior. Cabe ressaltar que tal sentença, embora ainda não definitiva, representa um avanço importante no reconhecimento do pleito dos geradores perante a justiça.

5. DESEMPENHO DO MONTANTE

No ano de 2014, foi gerado o montante energia bruta de 1.002.742 MWh (114,52 MW médios) o qual representa 53,48% da garantia física. O redução valor de energia gerada em 2014 tem como motivo os baixos índices de chuvas registrados nas regiões norte e Minas e sul da Bahia. A diferença entre a energia assegurada e a energia gerada é coberta pelo mecanismo de realocação de energia (MRE), em que participam os geradores hídricos do país, resultando assim na maximização da utilização dos recursos hídricos. O índice de disponibilidade em 2014 da Usina Força de Tapes foi de 94,63% e o índice de confiabilidade foi de 99,08%. Nos meses de agosto e setembro foram realizadas as Manutenções Programadas nos Geradores 01, 02 e 03 conforme Plano de Manutenção Preventiva a fim de manter o ótimo desempenho na planta. As atividades de Manutenções de 2014 tiveram como destaque: • Identificação de problemas nas cabeças de bobinas dos estatores das unidades geradoras; • Correção de problemas nos mancais de eixo das três unidades geradoras. Foram realizados com sucesso os testes de Black Start da Usina Hidrelétrica Itapebi com objetivo de avaliar a capacidade de recomposição da usina através do centro de operação (COS) da Neoenergia após um blackout. Os testes Black Start são realizados em periodicidade anual e são compostos dos testes individuais e do teste simultâneo das unidades geradoras, seguindo o Manual de Procedimentos de Operação do ONS – Módulo 10.22 e cumprindo com a Rotina Operacional RR-RR-01 em sua última revisão. A UHE Itapebi é classificada como usina de autogerenciamento integral (alta confiabilidade de restabelecimento), por dispor de grupo gerador de emergência (GGE) para excitação do campo do gerador e por ser capaz de, com seus próprios recursos de serviços auxiliares, dar partida e sincronizar o número mínimo de unidades geradoras definido na instrução de recomposição da área à qual a usina está inserida. Ainda nesse ano a Itapebi realizou a regularização fundiária de 65 propriedades, investiu na aquisição de materiais sobressalentes e executou melhorias nos instrumentos de medição e proteção das unidades geradoras.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-Financeiros	2014	2013	Variação
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	378.093	348.138	8,6%
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	360.257	331.920	8,5%
EBITDA (R\$ Mil)	162.219	232.444	-30,2%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ Mil)	147.667	218.781	-32,5%
Resultado Financeiro (R\$ Mil) - Exceto JSCP	(15.297)	(6.558)	-133,3%
Lucro Líquido (R\$ Mil)	89.659	146.307	-38,7%
Ativo Total (R\$ Mil)	602.366	626.082	-3,8%
Investimentos (R\$ Mil)	4.110	2.551	61,1%
Dívida Bruta (R\$ Mil)	204.634	223.601	0,5%
Dívida Líquida (R\$ Mil)¹	101.303	120.008	N/A
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	295.841	310.430	-4,7%
Índices Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	45,0%	70,0%	-25,0 p.p.
Margem EBIT	41,0%	65,9%	-24,9 p.p.
Margem Líquida	24,9%	44,1%	-19,2 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA²	62,4%	52,5%	0,10
Índice de Endividamento Líquido³	25,5%	28,2%	-2,7 p.p.

¹ Dívida Líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
² EBITDA 12 meses
³ Índice de Endividamento Líquido = Dívida Líquida/Dívida Líquida + PL p.p. - Pontos Percentuais

Atendendo à Instrução CVM nº 527 de 2010, submetemos ao quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAIDA) e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Instrução:

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2014	2013	Variação
Rocro Líquido	89.659	146.307	-38,7%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	42.711	65.916	-35,2%
Amortização / Depreciação	14.552	13.663	6,5%
Receita Financeira	(11.785)	(15.683)	-24,9%
Despesa Financeira	27.082	22.241	21,8%
EBITDA	162.219	232.444	-30,2%

6.1. Receita Bruta
Receita Bruta - R\$ mil

	2014	2013	Variação
Fornecimento de Energia Elétrica	370.616	344.831	7,5%
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE/MRE	7.477	3.307	126,1%

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Notas	2014	2013		Notas	2014	2013
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	102.300	81.262	Fornecedores	(12)	17.226	8.435
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(5)	36.303	61.761	Debitantes	(13)	84.709	3.803
Títulos e valores mobiliários	(6)	-	34	Salários e encargos a pagar	(14)	4.735	3.016
Impostos e contribuições a recuperar	(7)	15.215	20.658	Taxas regulamentares	(15)	1.920	2.133
Despesas pagas antecipadamente		526	511	Impostos e contribuições a recolher	(16)	43.546	68.080
Outros ativos circulantes		333	289	Dividendos e juros sobre capital próprio	(17)	5.654	1.374
TOTAL DO CIRCULANTE		154.677	164.515	Provisões	(18)	-	12.192
NÃO CIRCULANTE				Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	(11)	1.803	1.670
Títulos e valores mobiliários	(6)	1.031	297	Outros passivos circulantes		243	173
Impostos e contribuições sociais diferidos	(8)	4.919	6.789	TOTAL DO CIRCULANTE		159.836	100.876
Depósitos judiciais	(9)	3.773	3.300	NÃO CIRCULANTE			
Outros ativos não circulantes	(24)	7.269	8.284	Debitantes	(13)	119.925	199.798
Investimentos		1.795	2.043	Taxas regulamentares	(15)	1.821	1.980
Imobilizado	(10)	425.300	438.301	Provisões	(18)	12.550	948
Intangível	(11)	3.602	2.553	Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	(11)	12.291	11.883
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		447.689	461.567	Outros passivos não circulantes		101	167
TOTAL DO ATIVO		602.366	626.082	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		146.688	214.776
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(19)		
				Capital social		38.333	25.000
				Reservas de capital		80.174	80.174
				Reservas de lucro		146.859	160.192
				Proposta de distribuição de dividendos adicional		30.476	45.064
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		295.842	310.430
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		602.366	626.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Reservas de Capital			Reservas de Lucros			Lucros / Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal				
Saldos em 01 de janeiro de 2013	105.000	18.182	61.992	139.325	21.000	-	-	53.016	398.515
Redução de capital (80.000)	-	-	-	-	-	-	146.307	-	(80.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	146.307
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(53.016)	(53.016)
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	(133)	-	-	133	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(17.177)	-	(17.177)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(84.199)	-	(84.199)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(45.064)	45.064	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	25.000	18.182	61.992	139.192	21.000	-	-	45.064	45.064
Aumento de Capital	13.333	-	-	-	(13.333)	-	-	-	310.430
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	89.659	-	89.659
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	(45.064)	-	(45.064)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(13.579)	-	(13.579)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(45.604)	-	(45.604)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(30.476)	30.476	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	38.333	18.182	61.992	139.192	7.667	-	-	30.476	295.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2014	2013		2014	2013
Receitas			Provisão para férias e 13º salário	1.407	2.192
Vendas de energia, serviços e outros	378.093	348.138	Plano de saúde	1.117	990
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(1.758)	27	Indenizações trabalhistas	298	62
Insuamos adquiridos de terceiros	376.335	348.165	Participação nos resultados	3.448	777
Energia elétrica comprada para revenda	(119.493)	(30.515)	Administradores	1.430	88
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(25.642)	(28.235)	Outros	873	1.307
Materiais, serviços de terceiros e outros	(16.342)	(15.188)	Subtotal	22.989	16.114
Valor adicionado bruto	214.858	274.227	Impostos, taxas e contribuições		
Valor adicionado líquido	(14.552)	(13.683)	INSS (sobre folha de pagamento)	3.936	2.896
Valor adicionado recebido em transferência	200.306	260.564	PIS/COFINS sobre faturamento	14.063	12.862
Receitas financeiras	11.785	15.683	Imposto de renda e contribuição social	42.711	65.916
Valor adicionado total a distribuir	11.785	15.683	Obrigações intra-setoriais	9.877	8.137
Distribuição do valor adicionado	212.091	276.247	Outros	847	397
Pessoal			Subtotal	71.434	90.208
Remunerações	10.965	7.732	Remuneração de Capitais de Terceiros		
Entidade de previdência privada	1.141	919	Juros e variações cambiais	27.082	22.241
Auxílio alimentação	873	768	Aluguéis	927	1.377
Convênio assistencial e outros benefícios	891	806	Subtotal	28.009	23.618
	546	473	Remuneração de Capitais Próprios		
			Juros sobre capital próprio	13.579	17.177
			Dividendos distribuídos	45.604	-
			Dividendos propostos	30.476	129.130
			Subtotal	89.659	146.307
			Valor adicionado distribuído	212.091	276.247

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia foi constituída através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 21 de janeiro de 1999, com a denominação social de ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. ("ITAPEBI" ou "Companhia"). A ITAPEBI é uma empresa do Grupo Neoenergia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi, tendo firmado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público, em 28 de maio de 1999, para exploração da referida área. A Companhia iniciou as operações por intermédio do acionamento de sua 1ª turbina, no mês de fevereiro de 2003. No mês seguinte entrou em operação a 2ª turbina. Desde junho de 2003, com o acionamento da 3ª turbina, a Companhia passou a operar com o total de sua capacidade instalada, que é de 450 MW. A potência assegurada do aproveitamento hidrelétrico até então era de 419 MW correspondente à energia assegurada de 1.721.340 MW/ano. Em maio de 2006, a ANEEL emitiu Parecer Técnico, nº 363/2006, concluindo favoravelmente pela emissão de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 37/1999 ANEEL – AHE ITAPEBI, visando estender o volume de energia assegurada de 1.721.340 MW/ano para 1.877.268 MW/ano. A Companhia possui assegurados através de contratos de compra e venda energia em energia elétrica, os fornecimentos de volumes anuais de energia de 1.721.340 MW/h até o exercício de 2017, e 155.928 MWh/ano até o exercício de 2016 para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA. Em 04 de outubro de 2012, a AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL – decidiu registrar a Potência Instalada de 462.011 kW e a Potência Líquida de 460.532 kW da UHE Itapebi, outorgada nos termos do Decreto s/nº de 08 de abril de 1999 e do Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica nº 37/1999. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2015, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 - Base de apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e os ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, inclusive derivativos, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras adotam também as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.3 - Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: **a) Receita de fornecimento de energia:** A receita financeira é reconhecida pelo método do custo amortizado pela taxa efetiva com base no tempo e na taxa de juros aplicada sobre o montante em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido deste ativo. Adicionalmente, para os casos de ativos avaliados a valor justo por meio do resultado, também são efetuados ajustes de marcação a mercado desses ativos e reconhecidos no resultado financeiro. **2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Avaliação dos impactos da Lei 12.973/14. No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015 e a Companhia elaborou estudo sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a não adoção antecipada pode resultar em ajustes, especialmente relacionados com juros sobre capital próprio e dividendos pagos excedentes ao lucro tributável. A Companhia decidiu não antecipar os efeitos da referida Lei para o ano de 2014. **2.5 - Imposto sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.6 - Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber. Os ativos financeiros da Companhia são apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. **a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem recebeu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **b) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, debêntures. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. **b.1)**

Mensuração subsequente dos passivos financeiros: A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros e os ajustes decorrentes da aplicação do método são reconhecidos no resultado como despesas financeiras. **b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **c) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **2.7 - Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.8 - Contas a receber de clientes e outros:** Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, quando aplicável, reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e titulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída, quando aplicável, com base nos valores a receber dos clientes vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos titulos a receber e do saldo de cada cliente, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. **2.9 - Títulos e valores mobiliários:** São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. **2.10 - Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a estimativa da vida útil efetiva dos bens. Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações realizados para a geração independente de energia elétrica e vinculados a concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, conforme Contrato de Concessão de Geração Nº 37/99 – ANEEL. **2.11 - Intangível:** Compreende o direito de uso do bem público, faixas de servidões permanentes e software de manutenção de sistema. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, em consonância com o CPC 04 (R1). **2.12 - Debêntures:** São debêntures não reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos das debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.13 - Taxas Regulatórias (a)** Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para a Companhia, que está obrigada a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. **b)** Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. **c)** Uso de Bem Público: Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente a taxa implícita do projeto. **d)** Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos: A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida. **2.14 - Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPD 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo, após a destinação da reserva legal. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido. **2.15 - Provisões:** A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.16 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os seus reduções de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. **2.17 - Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente. **2.18 - Questões Ambientais:** A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais durante a fase de construção, subsidiada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os "condicionantes ambientais" exigidos pelos órgãos públicos competentes. Nesse prática, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente – IMA, esse último na esfera estadual. Os "condicionantes ambientais" correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promovem a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional. O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes. **2.19 - Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado ("CPC 09"). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **2.20 - Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

|--|



de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados. A redução do saldo de IR e CSLL está relacionada com a redução do lucro tributável em 2014. (b) Correspondente ao alargamento da base de cálculo – A Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de Liminar, em 21 de julho de 2004, em curso no Tribunal Regional Federal – 1ª Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurida a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, a Companhia, com base na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que a recuperação desses tributos é praticamente certa, e, observando as exigências da Deliberação CVM nº 489, que aprovou a NPC 22 do Conselho Federal da Contabilidade, procedeu, no mês de setembro de 2010 o registro contábil do indébito tributário, que será compensado com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil. A redução do saldo está relacionada com a utilização do PIS e COFINS para compensação de débitos fiscais no montante de R\$ 1.106.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social		482	1.221
Diferido ativo	(a)	8.640	8.164
Diferido passivo		(8.158)	(6.893)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	4.437	5.518
Total		4.919	6.789

a) Imposto de renda e contribuição social diferido: A Companhia registrou tributos e contribuições sociais diferidas sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Ativo		2013	
	2014	2013	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	1.417	354	4.074	1.019
Contribuição Social	1.417	128	4.074	1.019
Diferenças temporárias	1.417	128	2.801	252
Total	482	128	2.801	252

As bases de cálculo das diferenças temporárias são compostas como segue:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo (-)	Ativo	Passivo (-)
Provisão contencioso	3.500	3.500	3.523	3.523
Provisão PLR	2.953	2.953	1.526	1.526
Depreciação indedutível (provisão para gastos ambientais)	5.660	5.660	5.460	5.460
Uso do bem público	11.349	11.349	10.809	10.809
Diferença de amortização de diferido	974	974	1.756	1.756
Outros	975	975	1.273	1.273
Total Ativo	25.411	25.411	24.347	23.074

	2014		2013	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Ajustes RTT				
Ajuste da quota anual de amortização	(22.492)	(22.492)	(18.697)	(18.697)
Uso do bem público	(1.502)	(1.502)	(1.576)	(1.576)
Total Passivo	(23.994)	(23.994)	(20.273)	(20.273)
Total Líquido	1.417	1.417	4.074	2.801

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pelo pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 2009. Esses valores correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera. A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	2014		2013	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	132.370	132.370	212.223	212.223
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(1.081)	(1.081)	(1.212)	(1.212)
Ajustes decorrentes do RTT	(3.963)	(3.963)	633	633
Juros sobre capital próprio	(13.579)	(13.579)	(17.177)	(17.177)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	113.747	113.747	194.467	194.467
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	28.437	10.237	48.617	17.502
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições	1.829	524	189	64
Outras adições	1.829	524	189	64
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(525)	(189)	(588)	(212)
Incentivos audiovisuais/rouanet e PAT	(7)	-	-	-
Outras exclusões	(24)	-	(417)	(235)
Total	(556)	(189)	(1.006)	(447)
Imposto de renda e contribuição social no período	29.710	10.572	47.800	17.119
Diferido de diferença temporária de RTT	991	357	(158)	(57)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	30.701	10.929	47.642	17.062
Corrente	30.037	10.805	48.433	17.346
Recolhidos e Pagos	6.848	4.589	9.938	5.551
A pagar	20.489	6.216	35.384	11.860
Compensados e deduzidos	2.700	-	3.111	(65)
Diferido	664	124	(791)	(284)
Total	30.701	10.929	47.642	17.062

Regime tributário de transição (RTT): A Lei nº 12.973/14, que resultou da conversão da MP 627/13, tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015. A opção poderia ser antecipada para o exercício de 2014, na entrega da DCTF referente ao mês de agosto/2014, cujo prazo para envio foi prorrogado para 07/11/2014, com possibilidade de alterar a sua opção na DCTF relativa ao mês de dezembro de 2014, conforme IN 1.499 de 14/10/2014. Contudo, conforme previsto na legislação supracitada, a Companhia optou por não aderir antecipadamente à adoção das novas regras, fazendo somente a partir do ano calendário de 2015. **b) Benefício fiscal – Ágio incorporado:** O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da permissão/autorização. Tendo em vista que o fundamento econômico do ágio foi a aquisição do direito de autorização delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998, a Companhia mantém o registro contábil (líquido da provisão entre o valor do ágio e o benefício fiscal respectivo) no ativo. Em 11 de dezembro de 2006, por meio de reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Extraordinária da ITAPEBI realizada em 27 de dezembro de 2006, foi aprovada a conclusão do processo de reestruturação societária a fim de transferir para a ITAPEBI o benefício fiscal do ágio de R\$ 53.477, pago pela NEOENERGIA S.A. na aquisição das ações da ITAPEBI pertencentes à COELBA, em novembro de 2004. Para tanto, em reunião do Conselho de Administração da NEOENERGIA S.A. realizada em 10 de novembro de 2006 foi aprovado aumento de capital na sociedade de propósito específico (SPE) Guaraniária Participações S/A integralizado por meio da contribuição com as ações e o ágio referentes ao investimento da NEOENERGIA S.A. na ITAPEBI, na data base de 31 de outubro de 2006. O processo foi concluído com a incorporação pela ITAPEBI de sua então controladora, e respectivamente do ágio e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001. Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações contábeis, o valor do ágio, líquido da provisão, que, em essência, representa o benefício fiscal incorporado, foi classificado no balanço patrimonial no ativo não circulante, com base na expectativa de realização do benefício fiscal. Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Sociedade apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são de R\$ 4.437 e R\$ 5.518 respectivamente. Este saldo será amortizado até o final do período de concessão.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei:

	2014	2013
Trabalhistas	2.255	1.651
Cíveis	1.518	1.577
Fiscais	-	72
Total	3.773	3.300

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza civil e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária no montante de R\$ 93 no ano de 2014.

10. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados da Companhia estão compostos da seguinte forma:

	2014		2013	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
Terrenos	10.433	-	10.433	10.433
Reservatórios, barragens e adutoras	2,33	287.968	(72.873)	215.095
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,55	222.298	(90.404)	131.894
Máquinas e equipamentos	4,06	97.682	(37.039)	60.643
Veículos	14,30	2.002	(847)	1.160
Móveis e utensílios	6,30	732	(393)	339
Outros	-	1	-	1
Total	621.121	(201.556)	419.565	430.626

	2014		2013	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em curso				
Terrenos	132	-	132	132
Reservatórios, barragens e adutoras	235	-	235	155
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.646	-	1.646	3.075
Máquinas e equipamentos	2.487	-	2.487	3.788
Veículos	617	-	617	-
Móveis e utensílios	520	-	520	655
Outros	98	-	98	2
Total	5.735	-	5.735	7.675
Total	626.856	(201.556)	425.300	438.301

A movimentação do imobilizado é como segue:

	2014		2013	
	Em serviço	Em curso	Em serviço	Em curso
Depreciação				
Custo				
de depreciação (%)				
Saldos em 01 de janeiro de 2013	617.989	(174.339)	443.650	5.609
Adições	-	-	2.687	2.687
Baixas	(464)	377	(87)	-
Depreciação	-	(13.558)	(13.558)	-
Transferências	621	-	621	(621)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	618.146	(187.520)	430.626	7.675
Adições	-	-	2.829	2.829
Baixas	(1.794)	284	(1.510)	-
Depreciação	-	(14.320)	-	(14.320)
Transferências	4.769	-	4.769	(4.769)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	621.121	(201.556)	419.565	5.735

11. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2014		2013	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
Direito de uso da concessão	3,00	2.806	(1.374)	1.432
Direito de uso de software	20,00	1.080	(334)	746
Total	3.886	(1.708)	2.178	1.588

Em 28 de maio de 1999, a Companhia (Concessionária) celebrou o contrato de concessão de geração nº 37/99, com o intuito de regular a exploração, pela Concessionária, do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Jequitinhonha, no Município de Itapebi, Estado da Bahia, denominado aproveitamento Hidrelétrico Itapebi, com potência instalada mínima de 450 MW, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 08 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 09 de abril de 1999. Como retribuição pela outorga da concessão objeto desse contrato, a Companhia pagará à União, ao longo do prazo de vigência de 35 anos e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 477, do 6º ao 35º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura deste contrato, sendo este montante atualizado anualmente pelo IGP-M. Assim a Companhia contabilizou os registros do direito de uso de bem público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital ("Weighted Average Cost Of Capital – WACC") na data de início da concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica

da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 14.094 (R\$ 13.553 em 31 de dezembro de 2013). De acordo com o OCPG 05, para os contratos em que se entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão (autorização), o ativo intangível é inicialmente (no termo de posse) mensurado pelo custo. No caso de outorga fixa, o custo correspondente aos valores já despendidos e a depender no futuro devem ser reconhecidos a valor presente, conforme dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em se tratando de outorga variável, por exemplo, com base na receita do período, seu montante deve ser registrado como despesa do período concomitantemente à receita que o tenha originado.

12. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	Ref.	2014	2013
Energia elétrica:		11.193	1.472
Terceiros	(a)	7.367	962
Partes relacionadas (Nota 24)	(b)	3.826	510
Encargos de uso da rede		2.675	2.418
Terceiros		2.670	2.412
Partes relacionadas (Nota 24)		5	6
Materiais e serviços		3.358	4.545
Terceiros		3.300	3.907
Partes relacionadas (Nota 24)		58	638
Total		17.226	8.435
Circulante		17.226	8.435

(a) O Saldo em 31 de dezembro de 2014 refere-se à previsão de compra de energia que será liquidada na CCEE no dia 09 de fevereiro de 2015. O saldo em 31 de dezembro de 2013 refere-se a compra de energia de dezembro, cuja liquidação financeira na CCEE ocorreu em 05 de fevereiro de 2014. (b) A variação ocorrida entre os saldos de 2014 e 2013 refere-se principalmente a compra de lastro de energia com a NC Energia, no valor de R\$ 2.573 em 2014, fato que não ocorreu no exercício anterior.

13. DEBÊNTURES E ENCARGOS

	2014		2013	
	Encargos	Principal	Encargos	Principal
Debêntures				
Série				
Quantidade de títulos emitidos				
Remuneração				
Circulante				
Circulante				
Não Circulante				
Total				

Em 20 de abril de 2011 a Companhia concluiu a operação de captação de recursos no mercado nacional por meio da 3ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 200.000, com prazo de 6 anos sendo 4 anos de carência para amortização do principal, e juros pagos semestralmente com custo de 111% do CDI. Foram emitidas 20.000 debêntures simples, não conversíveis em ações. Os recursos serão destinados para a melhoria do perfil de dívida da Companhia. A 3ª emissão de debêntures é destinada exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476. As debêntures foram registradas (i) para distribuição no mercado primário através do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, e (ii) para negociação em mercado secundário através do SND – Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP. O primeiro vencimento para amortização do principal será em 20 de abril de 2015 no valor de R\$ 40.000. Os próximos ocorrerão a cada 6 meses a contar da data do primeiro vencimento, até 20 de abril de 2017. Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	2014		2013	
	Debêntures	Custos transação	Debêntures	Custos transação
2015	80.000	(65)	79.935	80.000
2016	80.000	(65)	79.935	80.000
2017	40.000	(10)	39.990	40.000
Total	120.000	(75)	119.925	200.000

A mutação das debêntures, as quais estão denominadas em moeda nacional, é a seguinte:

	Moeda nacional		2013	
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante
Saldo em 01 de janeiro de 2013	2.673	199.640	202.313	17.544
Encargos	17.544	-	17.544	-
Amortizações e pagamentos de juros	(16.414)	-	(16.414)	-
(-) Custos de transação	3.803	158	3.803	158
Saldo em 31 de dezembro de 2013	23.413	199.798	23.413	-
Encargos	80.000	(80.000)	-	-
Transferências	(22.539)	-	(22.539)	-
Amortizações e pagamentos de juros	32	127	159	-
(-) Custos de transação	84.709	119.925	204.634	204.634

Condições restritivas financeiras (covenants): Conforme Escritura da 3ª emissão de debêntures simples temos cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: • 3ª Emissão de debêntures Simples - Relação Dívida Líquida/EBITDA menor que 3,0 (três) e Relação EBITDA/Resultado Financeiro maior que 2 (dois). Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente. Para a operação acima foi dada em garantia aval/faixa da Neoenergia.

14. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

A Composição do saldo é como segue:

24. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	2014				2013			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Resultado	Circulante	Não circulante	Total
Controladas								
NEOENERGIA S.A.	(890)	-	-	4.029	-	4.029	(780)	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
COELBA	370.381	32.142	32.142	2.110	556	2.666	344.437	58.944
CELPE	-	-	401	401	-	-	-	686
COSEERN	-	-	-	250	-	250	-	116
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	-	630	-	630	-	630	-	9
TERMOPIERNAMBUCO S/A	-	-	24	3.922	-	3.922	-	116
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.	(1.634)	-	-	67	-	67	1.038	182
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	-	1.932	1.932	136	-	136	-	182
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	-	2.127	2.127	79	-	79	-	9
GERAÇÃO CIII S.A.	-	-	1.951	1.951	-	97	-	1.932
RIO PCH I S.A.	-	-	-	259	-	259	-	2.127
BAHIA PCH I S.A.	-	-	-	420	-	420	-	1.951
SE NARANDINA S.A.	(7)	-	-	16	-	16	(7)	-
GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.	-	-	-	917	-	917	-	-
NC ENERGIA S.A.	(28.043)	-	1.236	1.236	4.124	-	4.124	1.236
NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA	-	-	-	109	-	109	-	1.236
AFLUENTE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	-	-	-	113	-	113	-	1.236
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(53)	-	-	444	-	444	(221)	-
ENERGYWORKS DO BRASIL LTDA	-	-	-	206	-	206	-	-
CAPUAVA ENERGY LTDA.	-	-	-	184	-	184	-	-
POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	-	-	-	-	-	-	-	5
	339.754	32.772	7.671	40.443	18.112	556	18.668	331.745
								58.944
								7.577
								66.521
								1.214
								8.813
								10.027
Controle conjunto								
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	-	-	-	381	-	381	-	-
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES SA.	-	-	-	15	-	15	-	-
BAHIA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	-	-	-	-	-	-	-	520
PCH ALTO RIO GRANDE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	495
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELESPIRES	-	-	-	159	-	159	-	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	-	-	-	22	-	22	-	-
FE PARTICIPAÇÕES S/A	-	-	-	474	-	474	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	-	-	-	239	-	239	-	-
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	300	-	300	-	-
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	91	-	91	-	-
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	220	-	220	-	-
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	198	-	198	-	-
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	283	-	283	-	-
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	139	-	139	-	-
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	170	-	170	-	-
CAETITÊ 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	98	-	98	-	-
CAETITÊ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	248	-	248	-	-
CAETITÊ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	107	-	107	-	-
	-	-	-	3.144	-	3.144	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	1.015
	-	-	-	-	-	-	-	1.015
	-	-	-	-	-	-	-	3.902
	-	-	-	-	-	-	-	3.902
Controladores								
Previ - Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	237
Iberdrola Energia S.A.	(58)	-	-	58	-	58	(604)	604
BB - Banco de Investimentos S.A.	-	-	-	-	-	-	-	240
	(58)	-	-	58	-	58	(604)	604
	339.696	32.772	7.671	40.443	21.314	556	21.870	331.141
								58.944
								8.592
								67.536
								1.972
								13.319
								15.291

	2014				2013			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Resultado	Circulante	Não circulante	Total
Receita								
Fornecimento de energia elétrica	(a)	370.616	-	-	370.616	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-	-	-	-	1.038
Despesa								
Energia elétrica comprada para revenda	(b.1)	(28.043)	-	-	(28.043)	-	-	(12.722)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(b.2)	(60)	-	-	(60)	-	-	(79)
Serviços de terceiros	(b.3)	(2.817)	-	-	(2.817)	-	-	(1.533)
Outras despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	(263)
Ativo								
Títulos e valores mobiliários	-	630	401	1.031	-	-	-	307
Contas a receber de clientes e outros	(c)	32.142	-	32.142	58.944	-	58.944	-
Outros ativos	(d)	-	7.270	7.270	-	8.285	8.285	-
Passivo								
Fornecedores	(b)	-	-	21.314	556	21.870	1.972	13.319
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	1.357
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	1.374
Debêntures	(e)	-	-	11.771	556	12.327	545	11.932
								12.477
	339.696	32.772	7.671	40.443	21.314	556	21.870	331.141
								58.944
								8.592
								67.536
								1.972
								13.319
								15.291

	2014				2013			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Resultado	Circulante	Não circulante	Total
Receita								
Fornecimento de energia elétrica	(a)	370.616	-	-	370.616	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-	-	-	-	1.038
Despesa								
Energia elétrica comprada para revenda	(b.1)	(28.043)	-	-	(28.043)	-	-	(12.722)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(b.2)	(60)	-	-	(60)	-	-	(79)
Serviços de terceiros	(b.3)	(2.817)	-	-	(2.817)	-	-	(1.533)
Outras despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	(263)
Ativo								
Títulos e valores mobiliários	-	630	401	1.031	-	-	-	307
Contas a receber de clientes e outros	(c)	32.142	-	32.142	58.944	-	58.944	-
Outros ativos	(d)	-	7.270	7.270	-	8.285	8.285	-
Passivo								
Fornecedores	(b)	-	-	21.314	556	21.870	1.972	13.319
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	1.357
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	1.374
Debêntures	(e)	-	-	11.771	556	12.327	545	11.932
								12.477
	339.696	32.772	7.671	40.443	21.314	556	21.870	331.141
								58.944
								8.592
								67.536
								1.972
								13.319
								15.291

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir: (a) COELBA – Contratos bilaterais nº 460007239 e 4600010159, de compra e venda de energia elétrica, com vigência até 15 de abril de 2017 e novembro de 2016, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM; (b) Referem-se aos itens relacionados abaixo: (b.1) NC Energia - Contrato de compra e venda de energia elétrica, corrigido pela variação do IGPM-M, juros de 1% a.a. e multa de 2%; (b.2) Afluente Transmissão – Uso de rede – Contrato de prestação de serviços de transmissão, entre Coelba, Afluente e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico; (b.3) Neoenergia O & M – Refere-se ao serviço de Operação e Manutenção da UHE Itapebi; (c) Referem-se aos itens relacionados abaixo: (c.1) NC Energia - Contrato de compra e venda de energia elétrica, corrigido pela variação do IGPM-M, juros de 1% a.a. e multa de 2%; (c.2) Afluente Transmissão – Uso de rede – Contrato de prestação de serviços de transmissão, entre Coelba, Afluente e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico; (c.3) Neoenergia O & M – Refere-se ao serviço de Operação e Manutenção da UHE Itapebi; (d) Refere-se ao pessoal alocado nos projetos pagos pela Itapebi, que será ressarcido pelas empresas onde o serviço foi prestado; (e) Os valores referem-se a debêntures da Companhia emitidas e compradas pelo fundo exclusivo do BB Polo, no qual as empresas do Grupo Neoenergia são cotistas e desta forma constitui transações entre partes relacionadas. A remuneração total dos administradores para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 1.365 (R\$ 237 em 31 de dezembro de 2013), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho

25. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39, e alteração da Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), as Companhias do Grupo efetuaram avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. **Considerações gerais e Políticas:** A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da Holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável. **Gestão do Capital Social:** A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos

acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Em 31 de dezembro de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. • Títulos e valores mobiliários – Representam os fundos restritos compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. • Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. • Debêntures. O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo. • Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço. **Valor Justo:** O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas. A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado. Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação. Para o direito de uso de bem público, o custo correspondente aos valores já despendidos e a despesar no futuro foram reconhecidos a valor presente e descontados ao custo médio ponderado de capital ("Weighted Average Cost Of Capital – WACC") na data de início da concessão. O passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período. Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos na Nota 2.13 desta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Itapebi Geração de Energia S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2014, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2015.

Marco Geovanne Tobias da Silva Presidente	José Maurício Pereira Coelho	Mário José-Ruiz Tagle Larrain (Suplente)	Solange Maria Pinto Ribeiro
--	------------------------------	---	-----------------------------

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva Presidente	José Maurício Pereira Coelho; Solange Maria Pinto Ribeiro	Mário José Ruiz-Tagle Larrain Vice-Presidente	Solange Maria Pinto Ribeiro
--	---	--	-----------------------------

Títulos: Jose Mauricio Pereira Coelho; Solange Maria Pinto Ribeiro			
Suplentes: Marcia Castro Moreira; Wilsa Figueiredo; Pablo Mendivil Ruas; Lara Cristina Ribeiro Piau Marques			

DIRETORIA EXECUTIVA

Alejandro Roman Arroyo - Diretor Presidente
